Entrevista **Lucas Ferraz**

Coordenador do Centro de Negócios Globais da FGV

“Existe um mundo que não corrobora a ojeriza à globalização simbolizada por Trump”



Foto: Divulgação

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

À frente do Centro de Negócios Globais da FGV, o professor da FGV Eesp Lucas Ferraz monitora com atenção – e alguma preocupação – a evolução da sobretaxação dos EUA sobre as importações de origem brasileira. Ferraz, ex-secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, que acumula passagens como diretor titular do Brasil no Banco do BRICS e na CAF, diretor do Fonplata e governador alterno junto ao BID, destaca a necessidade de o país afinar a estratégia tanto para negociar a redução das tarifas de Trump – “diante da politização, acho que nesse campo a situação ainda vai piorar antes de melhorar”, diz – quanto para ajustar o caminho na busca por novos mercados. “O que vamos começar a viver agora – já estamos vivendo – é uma nova janela de oportunidade para novos acordos comerciais, pois boa parte do mundo começará a se movimentar para diminuir a sua dependência dos EUA”, afirma.

Para a política comercial brasileira, há algo que possa ser comparado ao recente tarifaço em termos de impacto?

Acho que não. O que estamos vivendo hoje envolve uma questão que é global e outra que é bilateral. Se a gente olhar pelo aspecto global, não é a primeira vez que os Estados Unidos fazem movimentos unilaterais protecionistas. Nos anos 1930, por exemplo, com a Grande Depressão, os EUA publicam o chamado Smoot-Hawley Tariff Act e elevam suas tarifas a patamares muito parecidos, em média, com o que estamos vendo agora. Isso gerou consequências muito negativas para a economia global e para o próprio país, tanto é que os EUA reavaliam essa política e posteriormente começam a liberalizar. Depois do pós-guerra, já eram um país comercialmente muito mais aberto, com tarifas bem menores. Agora estamos vendo esse movimento do presidente Donald Trump, que ninguém sabe muito bem para onde vai, mas na minha visão é só uma questão de tempo para essas políticas começarem a se mostrar contraproducentes, como foi no passado. Haja vista, também, o que se pode avaliar do governo Trump 1. Vários estudos mostram que a política do presidente em seu primeiro mandato – que foi protecionista, mas em menor grau que agora – gerou resultados ruins para a economia americana, com perda de competitividade da indústria, queda de exportação industrial, sem geração de empregos como ele gostaria e com aumento de preços. Quem pagou a conta, no final, foi o consumidor.

Essa é uma história mais ou menos conhecida. Se compararmos com o movimento da década de 1930, o que não vimos ainda, para ser bem rigoroso, são retaliações fortes dos países como aconteceu naquela época. Só a China entrou numa guerra comercial efetiva com os Estados Unidos; outros países ameaçaram, chegaram a fazer retaliações pontuais, como foi o caso do Canadá, e acabaram sofrendo com a escalada da guerra bilateral. Havia grande expectativa quanto à reação da União Europeia (UE) como guardiã, digamos, do sistema multilateral baseado em regras. Mas a UE está numa situação muito complicada também, no meio de uma guerra no seu próprio território, e precisa do apoio dos Estados Unidos. Isso pode ter influenciado certa benevolência excessiva na negociação bilateral: a UE ficou com tarifa de 15% para suas exportações que entram nos EUA e aceitou reduzir as tarifas de importação a produtos do país. É algo totalmente assimétrico, eu diria inédito. Aliás, tudo que a gente está vendo é de certa forma inédito, no sentido da coerção que vem sendo colocada nas negociações bilaterais e da aceitação dos países, por ora, com medo de perder acesso ao maior mercado consumidor do mundo. Mas se trata de um jogo que ainda está sendo jogado.

No âmbito bilateral, certamente o que a gente está vendo é sem precedentes. Como mencionamos em publicação recente (*link*: https://go.fgv.br/xocXlvC5BOY /), 54% dos nossos produtos são tarifados com 50%. Se considerarmos a tarifa média ponderada, passamos de 2,25% para 33% (*o estudo não contabiliza novas isenções a celulose e ferro-níquel*). Quando se observa a média simples – que considero a mais correta, pois a ponderada é influenciada pela endogeneidade presente nos fluxos de 2020-2024 –, essa tarifa sobe de 3,9% para significativos 49%

Evidentemente, a exportação aos EUA daqueles produtos que ficaram com 50% ou vai desaparecer, ou cairá muito. A gente estima, para esse grupo, uma queda média da ordem de 75%. Mas há produtos, e regiões, para os quais o mercado americano deve praticamente fechar. Veja o caso de Alagoas, cujas exportações ao país são concentradas no açúcar. Se somarmos o equivalente tarifário da cota que já existia mais a tarifa, tomando como base a média ponderada pela participação das exportações de cada produto em 2024, chegamos a uma nova tarifa média de 104,3%. A partir desse cálculo, outros estados do Nordeste também registram tarifas médias muito altas, como Pernambuco (61,4%) e Paraíba (86,3%), em função da composição da cesta exportadora.

Estamos caminhando, inevitavelmente, para um mundo mais protecionista?

Certamente mais protecionista se a gente pensar no sentido amplo. No caso dos EUA, como mencionei, considero que as tarifas que estão sendo impostas podem ser reduzidas: para o Brasil, talvez de 50% para 20%; para a União Europeia também há margem de alguma redução; já o caso da China parece mais difícil. Mas, de forma geral, um Estados Unidos mais protecionista é o que veio para ficar.

Acho que tem muita gente que entende que se o Trump sair e entrar um governo democrata, pode ser que o mundo volte a ser mais liberal. É difícil que isso aconteça, e aqui é importante fazer um resgate. Essa onda protecionista tem início até mesmo antes do governo Trump 1. Por exemplo, os Estados Unidos

começam a dar sinais de insatisfação com a OMC, atrasando a nomeação de juízes para o Comitê de Apelação do Sistema de Solução de Controvérsias, já no governo Obama. Logo, em 2019, Trump não aceita a nomeação do último juiz, que seria o número mínimo para que o órgão continuasse funcionando, paralisando-o. Outro ponto que vale destacar: no Trump 1, houve aumento de tarifas – de 25% para o aço, de 10% para o alumínio, a elevação de tarifas de importação contra a China de uma média de 3,5% para 20% –, e isso não foi desfeito quando Joe Biden assumiu a Presidência. Ao contrário, ele aumentou a distorção do comércio internacional: Biden não foi tão enfático nas tarifas, mas foi enfático nas políticas de subsídio, como com o Chips and Science Act e o Inflation Reduction Act. Todas essas políticas eram discriminatórias em relação a parceiros comerciais, inclusive aliados históricos. Elas tinham como pano de fundo atrair de volta aos EUA a produção em setores estratégicos, e já era uma manifestação que misturava segurança nacional com políticas protecionistas, dessa vez por meio de subsídios.

Na história do comércio internacional, observamos que é muito mais fácil subir tarifa que reduzi-la. Para se ter uma ideia, levamos quase 50 anos para reduzir as tarifas médias do pós-guerra, de 40% para bens manufaturados, em 1947, para 5% na rodada de comércio que criou a OMC, em 1995. Agora Trump, em uma canetada, eleva a média tarifária dos EUA de 2,2% para próximo de 20%, radicalizando esse fenômeno. Se no Trump 1 o presidente se concentrou na China, e Biden focou no cunho protecionista sem desfazer o arcabouço anterior, Trump agora radicaliza, fechando a economia de maneira generalizada: não escolhe setor específico, tampouco parceiro específico, incluindo até aliados históricos como os países do USMCA, Canadá e México. A ideia subjacente é atrair de volta os empregos perdidos na manufatura, diminuir o déficit comercial americano, combater a desigualdade social, e todos sabemos que, pelo menos no que tange ao combate da desigualdade social e a atrair empregos da manufatura, a política de proteção dele só vai piorar o quadro, pois o imposto tarifário é um imposto regressivo.

> Tudo que estamos vendo é de certa forma inédito, da coerção colocada nas negociações bilaterais à aceitação dos países. Mas o jogo ainda está sendo jogado

Quando analisamos o comércio global em geral, por sua vez, temos um mundo que vem adotando práticas que até então, pelo menos a partir dos anos 1990, tinham sido abandonadas, que é essa revitalização das chamadas políticas industriais. Muitas dessas políticas também escondem instrumentos de proteção, até muito mais em países desenvolvidos do que em países em desenvolvimento. Em geral, são políticas caras, e estamos falando novamente de questões voltadas para a proteção ambiental, transição energética, e que muitas vezes conflitam com a OMC.

O que, como mencionou, é uma via diferente da tarifária...

Sim. Ao tratar de protecionismo no mundo, abriria esses parênteses com relação às políticas tarifárias propriamente ditas. Veja, hoje os EUA representam 13% das importações mundiais. Isso significa que 87% das exportações do mundo continuam funcionando segundo as regras da OMC. Existe uma guerra tarifária com os Estados Unidos para o resto do mundo, mas o resto do mundo entre si não está fugindo às regras da OMC. As políticas industriais, que mencionei como de cunho protecionista, entram numa zona cinzenta. Não é óbvio, à primeira vista, classificá-las como rompendo as regras da OMC. Isso requer um pouco mais de debate. É muito diferente de você simplesmente subir a sua tarifa e falar: "Dane-se, agora minha tarifa é essa e não quero nem saber". Então, o mundo continua trabalhando sob os princípios basilares do sistema multilateral de comércio, criado em 1947 com o GATT. O primeiro deles é o princípio da nação mais favorecida, que implica cobrar a mesma tarifa de uma forma geral para todos os parceiros comerciais com os quais você não tem nenhum acordo comercial específico, que é a chamada tarifa MFN. O Brasil não

está mexendo nas suas tarifas MFN, tampouco a Europa. H á mudanças apenas em relação aos EUA. Então, você tem um mundo que ainda continua, de alguma forma, respeitando as regras de comércio, afora essa zona cinzenta das políticas industriais, pois muitas de fato podem romper as regras de comércio. Um exemplo é o chamado Green Deal da União Europeia. A partir do ano que vem, para exportar para a UE, o Brasil começará a pagar taxas referentes ao Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM), que está sendo muito questionado pelos membros da OMC. Mas esse é um debate que cabe à OMC resolver. Meu ponto aqui é que existe um mundo que não corrobora a ojeriza à globalização simbolizada agora pelo governo Trump 2.

Você poderia questionar por que esse movimento aconteceu nos EUA e não em outras economias desenvolvidas, posto que os EUA foram protagonistas na criação do sistema multilateral de comércio. Vários países se abriram ao comércio desde então; o aumento da desigualdade de renda aconteceu também em outras economias, bem como a perda de emprego na manufatura, a desindustrialização. Nesse processo de formação de cadeias globais de valor, vários países da OCDE terceirizaram seus estágios de processamento para os países asiáticos. Acho que um ponto interessante é levantado pelo economista Richard Baldwin, do Graduate Institute de Genebra. Ele destaca que, a partir dos anos 1980, sobretudo no governo Ronald Reagan, os EUA começam uma desconstrução gradual do seu modelo de seguridade social. Isso é uma questão que é tabu até para a sociedade americana, tanto entre democratas quanto republicanos. Eles não apoiam sistemas de seguridade como o do Canadá ou da Europa. Sabemos que nesses modelos há distorções, exageros, mas o fato é que os EUA, entre os países ricos, é hoje o que tem a seguridade social mais fraca, e isso pode ter contribuído para a exacerbação desse sentimento antiglobalização.

O mais interessante é que Baldwin relaciona essas mazelas sociais – que são reais e graves, sobretudo em regiões como o Cinturão da Ferrugem –, em função dessa fraqueza do sistema de seguridade, com o recrudescimento do populismo. Ou seja, o pano de fundo para o que vem acontecendo nos EUA não é o comércio exterior. Acho que é uma explicação plausível, e aí tem outro ponto: a perda de emprego na manufatura americana e o crescimento da desigualdade social nos EUA começam a acontecer no final da década de 1960, começo dos anos 1970. A China só entra na economia mundial a partir dos anos 1980. Então, são fenômenos que vêm acontecendo pré-China, alimentados pelo progresso técnico, e não pela globalização propriamente dita.

> Entre os países ricos, os EUA têm a seguridade social mais fraca, e isso pode ter contribuído para a exacerbação do sentimento antiglobalização

Também é importante mencionar que os Estados Unidos foram o país que mais se beneficiou do processo de globalização. Estudo do Fed aponta que, se o país não tivesse participado desse processo, o PIB dos EUA seria US$ 2,5 trilhões menor – isso é mais que o PIB do Brasil, que está na casa dos US$ 2 trilhões. A razão é fácil de compreender. Quando se cria o GATT, em 1947, os EUA já era um país relativamente aberto, o que significou que os outros países precisaram fazer um movimento de abertura maior, e isso beneficiou as exportações americanas.

No caso do tarifaço aplicado ao Brasil, as motivações tampouco são majoritariamente comerciais, e têm forte componente político. Como calibrar a diplomacia comercial em um cenário assim?

O que os Estados Unidos vêm fazendo nesse momento, muito mais do que uma guerra comercial, é o desmantelamento do sistema multilateral de comércio baseado em regras. Isso é muito mais grave do que uma simples guerra comercial, pois um sistema multilateral de comércio sem regras é a lei da selva, é a lei do mais forte, é um mundo imprevisível que vai crescer menos, que vai ser menos produtivo em função das distorções dos fluxos de comércio e investimento. É um mundo que vai ser pior sobretudo para os países mais pobres e

em desenvolvimento, que não têm o mesmo poder de barganha numa mesa de negociação com países maiores, muito menos com um país que tem um PIB de US$ 29 trilhões. Isso não nos interessa.

No caso do Brasil, quando o governo Lula se elege, evidentemente já deveria esperar que teria uma relação diplomática complicada com os Estados Unidos, em especial em um governo Trump. O Brasil já tem um histórico de irritantes comerciais com os Estados Unidos há muito tempo. Vamos lembrar que o Brasil é uma economia fechada, com médias tarifárias entre as mais altas do mundo, e barreiras não tarifárias muito complicadas que tornam o comércio bilateral difícil com qualquer país. Não se trata apenas de pensar que o Brasil pode estar tranquilo, pois não tem superávit comercial com os Estados Unidos desde 2010. Se nós temos hoje um déficit comercial como os EUA, eles podem, por outro lado, entender que o superávit deles poderia ser muito maior. A questão é a dificuldade de fazer comércio com o Brasil.

Agora, por que em 2 de abril, no chamado Liberation Day, o Brasil não ficou com a tarifa de 50%, ficou com 10%, e agora está com 50%? Para mim, fica evidente que a posição final da Cúpula do BRICS foi a gota d'água para que comércio e política se misturassem. Também, o fato de não termos buscando ampliar as conexões em Washington. Se fôssemos um governo, do ponto de vista diplomático, menos ideológico e mais pragmático, minha impressão é que a situação não teria chegado ao ponto que chegou. Agora que a coisa ficou politizada, com o governo dobrando a aposta, enxergando benefícios nisso, tudo ficou mais complicado. Infelizmente, acho que a situação ainda vai piorar antes de melhorar.

Entendo, por exemplo, que a lei de reciprocidade é um instrumento importante, mas o *timing* de abertura, na minha visão, é muito ruim, porque foi justamente na véspera do início do julgamento do presidente Bolsonaro e da audiência pública em Washington na qual representantes do nosso setor privado defenderam o Brasil contra as acusações feitas no âmbito da Seção 301, relativas a práticas desleais de comércio e discriminatórias – entenda-se aí as questões do Pix, do desmatamento, da corrupção, do etanol, da propriedade intelectual. E vamos lembrar que o setor privado brasileiro está fazendo um trabalho muito bom. É preciso mais pragmatismo. Por que o presidente Lula não pode ligar para Trump? Não foi por falta de invasão da soberania, por exemplo, que o primeiro-ministro canadense – chamado por Trump de governador do 51º estado americano – deixou de fazê-lo. Neste momento, não adianta falar que o ministro vai tentar contato, que o secretário, porque as decisões sobre todas essas negociações bilaterais estão na mão do presidente dos Estados Unidos.

> Não foi por falta de invasão da soberania que o primeiro-ministro Trudeau – chamado de governador do 51º estado americano – deixou ligar para Trump

Como o Brasil deve se guiar no BRICS?

Esse é um tema complexo. Quando o BRICS começa em 2009, anexando no ano seguinte a África do Sul, de certa forma projetava a voz do Brasil no cenário internacional, defendendo bandeiras que eu entendo que faziam e continuam fazendo sentido. Sua ampliação (*para 11 membros, entre os quais Irã e Arábia Saudita*) a meu ver nada nos acrescenta em termos geopolíticos; ao contrário, torna a geopolítica do bloco, vamos dizer assim, muito mais complexa. Tudo isso é um projeto muito mais da China do que dos demais países.

Veja, toda a hostilidade comercial, econômica e muitas vezes verbal de Trump de alguma forma empurra os aliados históricos dos EUA para a esfera de influência da China. É natural que isso aconteça. A China é o nosso principal parceiro comercial, os Estados Unidos são o nosso segundo, mas o maior parceiro comercial e o maior parceiro econômico quando você considera serviços e o estoque de investimentos aqui no Brasil. Isso posto, diria que é um jogo perigoso que foge à tradição do Itamaraty da equidistância, que é o não alinhamento automático com nenhuma potência econômica.

O que temos de evidência, pelo menos desde a guerra da Ucrânia para cá, em 2022, é que o mundo vem se dividindo em dois grandes blocos: o dos países que se alinham às decisões da China na ONU, e o dos países que se alinham às decisões dos Estados Unidos na ONU. Isso é um critério de alinhamento político. Os países que mais se alinham à China estão mais na esfera de influência desse país e, pelo menos desde 2022 para cá, transacionam mais comércio e investem mais entre si. O bloco que está mais alinhado com os Estados Unidos cada vez comercializa e investe mais entre eles. E existe um terceiro bloco, dos chamados países conectores, que não estão necessariamente alinhados nem com um lado, nem com o outro. Nesse bloco você encontra o Vietnã, Brasil, México que mantêm certa equidistância e continuam comercializando e recebendo investimento desses dois blocos. Sair dessa posição não parece inteligente.

O Brasil deveria manter essa equidistância e seu papel de país conector. É possível ser país conector sendo membro do BRICS? Até 2023, diria que sim. A partir de 2023, eu tenho dúvidas. Porque cada vez vai ficar mais difícil para o Brasil, num bloco que serve ao propósito de fazer o contraponto à ordem ocidental liderado pela China, o Brasil fazer papel de país conector. E aí a pergunta é: onde é que está o interesse nacional nisso? Para mim, o interesse nacional reside no equilíbrio.

O sucesso da agenda de ampliação de acordos depende de uma revisão do Mercosul, ou um passo nesse sentido seria negativo para o Brasil e para a defesa do multilateralismo?

Não acho que seria conflitante com as regras do sistema multilateral, absolutamente. A questão fundamental é que o Mercosul, desde a sua criação em 1991, apresenta um baixo dinamismo em termos de formalização de acordos comerciais. O único acordo relevante firmado até hoje é o Mercosul-União Europeia, que levou 25 anos para negociar, e espera-se que seja aprovado até dezembro. Vale lembrar que o acordo foi concluído em 2019, fui negociador-chefe. Naquele momento, ele não avançou na internalização porque havia uma questão relativa à preservação da Amazônia, que era um ponto muito criticado, sobretudo pelo presidente francês, Emmanuel Macron. No último dia de negociações em Bruxelas, em junho de 2019, a Comissão Europeia recebeu um grupo de países, liderado pela França, pedindo a interrupção. Até então, a questão da Amazônia não estava em jogo, mas com isso conseguiu-se adiar a implementação do acordo. Quando entra o governo Lula com o discurso pró-Amazônia, alinhado politicamente com Macron, o presidente francês mudou o discurso. Aqui na Fiesp, em São Paulo, ele mudou o foco falando sobre sua preocupação com a concorrência agrícola do Mercosul – muito embora a gente saiba que a chance de uma invasão de produtos agrícolas do bloco na União Europeia é muito pequena. Até porque boa parte dos principais produtos nossos que serão exportados para a União Europeia no âmbito do acordo tem cota. Lula pega o *template* que já estava negociado e resolve reabrir o acordo tornando-o, na minha visão, mais protecionista. Ele revisa o capítulo de compras governamentais, tira do âmbito do acordo setores como as compras do SUS. Também prolonga o tempo de desgravação dos automóveis, de 15 para 18 anos. Para carros elétricos, o prazo pode superar 26 anos. São exemplos de provisões que, na minha opinião, retiram qualidade do acordo. De qualquer forma, diante dessa nova contextualização geopolítica que estamos vivendo, as resistências políticas ao acordo foram enfraquecidas, então entendo que agora a chance é real de conseguirmos essa aprovação.

> O Brasil deveria manter equidistância e seu papel de conector. É possível, sendo membro do BRICS? Até 2023, diria que sim. A partir de 2023, eu tenho dúvidas

Temos tão poucos acordos com o Mercosul que hoje apenas 13% do total que o Brasil exporta tem tarifa preferencial nos seus mercados de destino. Não é difícil encontrar, no mundo, países em que esse percentual alcança 60%, 70%. Concluin-

do o acordo com a União Europeia, essa fatia pode se ampliar a 30%. Ainda é pouco. Por isso, considero que é preciso flexibilizar as regras do Mercosul. Por que podemos negociar individualmente no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e não podemos negociar individualmente no âmbito extra-Aladi? O custo de oportunidade de se manter no Mercosul já passou do limite da razoabilidade para o Brasil. O Brasil é a décima maior economia do mundo. Representamos quase esse 80% do PIB do bloco, né? Como é que a gente fica fechado num bloco com a tarifa externa comum que tem mais de 40% de exceções?

O que vamos começar a viver agora – já estamos vivendo – é uma nova janela de oportunidade para novos acordos comerciais, pois boa parte do mundo vai começar a se movimentar para diminuir a sua dependência do mercado americano. É o momento de o Brasil ter mais agilidade. Entendo que precisamos desativar os gargalos regulatórios do Mercosul, ter mais flexibilidade para ampliar a sua rede de acordos comerciais, fazer um processo amplo de revisão da tarifa externa comum – que continua não só muito alta, mas, como mencionei, repleta de distorções que acabam por comprometer a agenda de competitividade da indústria.

Como avalia que o atual momento de incertezas pode influenciar a atração de investimento produtivo – em especial aquele relacionado à transição energética, em que o Brasil tem vantagens comparativas, e levando em conta que negociações dos EUA com seus parceiros têm envolvido promessas de investimento, como foi com a União Europeia?

O Brasil ficou fora da onda das cadeias globais de valor que começa lá na segunda metade dos anos 1980 e vai especialmente até 2008. Essa janela de oportunidade beneficiou países em desenvolvimento que surfaram bem nessa estratégia, levando a crescimento econômico, de produtividade e de renda *per capita* por meio da conexão às cadeias de suprimento internacionais. A janela para adotar essa estratégia está se fechando. Hoje em dia, no âmbito industrial, você tem uma China que produz 35% da manufatura do mundo. Isso é três vezes mais do que os Estados Unidos produzem; seis vezes mais que o Japão; nove vezes mais do que a Alemanha. Participar desse mundo requer muita eficiência. Entendo que o Brasil precisa seguir uma agenda de melhoria do seu ambiente de negócios, que resvala na competitividade industrial, e de aumento da sua inserção internacional em serviços, que são essenciais para a indústria de transformação.

> Apenas 13% do total que o Brasil exporta tem tarifa preferencial nos seus mercados de destino. Com o acordo Mercosul-União Europeia, essa fatia vai a 30%. Ainda é pouco

Na história econômica, não há experiência de crescimento sustentado que não tenha sido acompanhada, de alguma forma, por um processo de aumento de inserção internacional, de liberalização de comércio. E precisa, fundamentalmente, melhorar os seus marcos regulatórios, sobretudo no que tange aos produtos da transição energética. Quando a gente fala de minerais críticos, de biocombustíveis, bioenergéticos, observamos que houve avanços recentes. Tivemos a discussão da criação do mercado de carbono no Brasil, o marco legal dos combustíveis do futuro – SAF, biogás, biometano. Tudo isso precisa entrar na pauta de vez, pois um caminho para a indústria brasileira é esse: cada vez mais estar associada e agregar valor em setores nos quais o Brasil tem vantagem comparativa real. Para o agronegócio, é importante seguir nesse processo de industrialização, de agregar valor em produtos como minerais críticos e bioenergéticos em geral.

Acho que a reforma tributária também é um ponto importante, pois irá simplificar e aumentar a competitividade do setor industrial. Na medida em que se evita a guerra fiscal entre os estados, mitiga-se a má alocação dos recursos. No campo do comércio exterior, retira-se o resíduo tributário das exportações brasileiras, prejudicial sobretudo para setores com cadeias industriais mais longas, como é o caso da indústria. Ainda que a carga tributária continue alta, é claramente um avanço em relação ao sistema tributário atual.